



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0202434-8 180
COMARCA: SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
VARA: PRIMEIRA
IMPETRANTE: INÁCIO ALVES NONATO
PACIENTE: INÁCIO ALVES NONATO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

EMENTA: PROCESSO PENAL. **HABEAS CORPUS**. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ATRASO PROVOCADO PELA FUGA DO RÉU. SÚMULA 64, STJ. PROCESSO COM TRÂMITE CÉLERE APÓS A CAPTURA DO ACUSADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

5467
I — Considerando-se que, após o recebimento da denúncia, o réu passou mais de três anos foragido, a ele se deveu o atraso na instrução, pelo que inexistiu constrangimento ilegal a ser reconhecido, segundo inteligência da Súmula 64 do STJ.

II — Ademais, após a captura do réu, tem o processo seguido seu curso celeremente, com a citação do denunciado, a apresentação de defesa preliminar e a designação de audiência para data próxima.

V — Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0202434-8, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



181

Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 18 de 12 de 2009.


Desª. Presidente


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



182

HABEAS CORPUS Nº: 0202434-8
COMARCA: SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
VARA: PRIMEIRA
IMPETRANTE: INÁCIO ALVES NONATO
PACIENTE: INÁCIO ALVES NONATO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Inácio Alves Nonato impetra o presente *habeas corpus* liberatório com pedido de liminar, em seu favor, indicando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

Isso posto, narra o Impetrante, na petição inicial, que foi preso no dia 22/05/2008 e que atualmente responde ao Proc. nº 248.2006.000849-4, sem que tenha comparecido a qualquer audiência até a presente data, pelo que alega estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, requerendo o relaxamento de sua prisão.

A exordial não veio instruída com quaisquer documentos.

Foi o pedido de liminar indeferido às fls. 12/14.

A autoridade dita coatora prestou informações às fls. 22/23.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. a Procuradora**
Eleonora de Souza Luna, apresentou parecer às **fls. 30/31**, opinando
pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 18 de 12 de 2009.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



Podér Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



184

HABEAS CORPUS Nº: 0202434-8
COMARCA: SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
VARA: PRIMEIRA
IMPETRANTE: INÁCIO ALVES NONATO
PACIENTE: INÁCIO ALVES NONATO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO

Conforme relatado, a insurgência do Impetrante cinge-se ao excesso de prazo na formação da culpa. Todavia não merece ela guarida, senão vejamos.

Informa a autoridade dita coatora, às fls. 22/23, que o Paciente foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal (homicídio qualificado pelo recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido), havendo sido a peça acusatória recebida no dia 02/05/2006, oportunidade em que foi decretada a prisão preventiva daquele, a fim de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, bem como por conveniência da instrução criminal.

Consta das aludidas informações, outrossim, que, não tendo sido encontrado, o Paciente foi citado por edital, pelo que se determinou a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



185

Diz o douto Juiz, em seguida, que, no dia 09/09/2009, diante da notícia de que o réu fora capturado, ordenou a sua citação para responder à acusação no prazo de 10 (dez) dias, o que foi feito em 22/10/2009.

Narra, por fim, que designou audiência de instrução para o dia 14/12/2009, a qual não se realizou e terminou por ser redesignada para o dia 23/12/2009, às 08:00h (oito horas).


Isso dito, forçoso é concluir que o atraso na instrução deveu-se à conduta do próprio Paciente, que se evadiu do distrito da culpa, tornando inevitável a decretação de sua prisão preventiva e a suspensão do processo até que fosse encontrado, de modo que não há qualquer constrangimento ilegal a ser reconhecido. Nesse sentido, verifique-se o teor da Súmula 64 do Superior Tribunal de Justiça:

"Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".

Por oportuno, ressalte-se que, após a captura do réu, tem o processo seguido seu curso celeremente, com a citação do denunciado, a apresentação de defesa preliminar e a designação de audiência para data próxima.

Diante do exposto, **voto pela denegação** da ordem.

Recife, 18 de 12 de 2009.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator